



DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

Kleber Antonio Lourenço de Souza Santos¹
Daniel Oliveira Silva Rodrigues²

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí / kleber17souza@gmail.com

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí / danielprofecpa@gmail.com

Resumo:

Este trabalho analisa a percepção de professores a respeito da discriminação racial no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, em que se discutiu as definições de racismo e discriminação racial. Objetiva-se compreender, com esse artigo, a discriminação étnico-racial, analisando-se a percepção de professores sobre o racismo na escola, além de apontar práticas pedagógicas que possam se mostrar eficientes para que os alunos se relacionem sem que se excluam entre si. Para coleta de dados foi feita entrevista estruturada com professores do ensino fundamental e médio de uma escola pública situada em um dos municípios do estado de Goiás. A maioria dos entrevistados confirma ter presenciado atos de discriminação entre estudantes, mas os professores se mostram despreparados para lidar com a situação. Constata-se, portanto, a importância de uma política constante e efetiva de formação docente de educação para a diversidade, que trate do enfrentamento a todas as formas de discriminação.

Palavras-chave: Discriminação racial. Educação. Diversidade.

Introdução

Esta pesquisa tem como enfoque central a educação e as relações étnico-raciais na escola. O racismo no meio escolar é um dos grandes problemas enfrentados tanto por alunos quanto por professores há muito tempo. No passado, essa segregação, derivada das várias formas de preconceito, era muito comum e explícita no ambiente escolar. Nos últimos anos, ela continua, embora de forma menos explícita, inibindo e excluindo tanto alunos negros, índios, deficientes, ou com qualquer outra “diferença” não aceita pela sociedade. De acordo com Santos (2008, s/p.) “a escola e a educação têm como uma de suas funções o fortalecimento das visões de mundo e indivíduo da elite dominante”. Ou seja, por meio da escola a ideologia dominante, impregnada de preconceitos e discriminações, é repassada, passando a fazer das visões de mundos dos indivíduos.

Se antes as demonstrações eram explícitas, com o passar do tempo o racismo e a segregação foram mudando, mostrando-se na sociedade contemporânea de outros modos. Apesar de velado, o preconceito racial continua presente. Dentro e fora do ambiente escolar

aparece de forma mais sutil, escondido por trás de várias situações como brincadeiras, olhares, em anúncios de jornais e revistas. Tais atitudes podem ser destrutivas, inibindo os alunos negros, e impedindo-os de construir sua identidade étnica, além de prejudicá-los na aprendizagem. Na maioria das vezes, os professores veem essas atitudes como normais, e apenas ordenam a interrupção da brincadeira, sem perceber que o outro foi humilhado e que sua autoestima foi afetada. Falta, portanto, um olhar mais crítico e perceptivo por parte desses educadores, que não conseguem detectar e solucionar os problemas raciais no meio escolar.

A escola deve acolher e respeitar os grupos diferentes, o que implica em reconhecer todos os tipos étnico-raciais. Seu papel vai além de ensinar a ler, escrever e fazer cálculos. Ela estreita o convívio de indivíduos diferentes. Portanto, uma de suas funções é ensinar que todos devem ser respeitados em suas diferenças, independente de quais sejam. Ensinar que se aprende com as diversidades existentes na sociedade, que nenhuma cultura é inferior à outra, sendo todas elas fundamentais para o desenvolvimento intelectual do ser humano.

É no ambiente escolar que a educação e a socialização dos indivíduos podem ganhar uma visão muito além daquela ofertada pelo ambiente familiar. Para um possível enfrentamento da discriminação étnico-racial, há necessidade de se compreender melhor as atuais definições de racismo. E, a partir disso, verificar como atua nas instituições de ensino, e propor possíveis meios para combatê-lo. Com isso, viabiliza-se uma melhor interação entre os indivíduos, a partir do reconhecimento do direito à diversidade e às diferenças.

Esse artigo visa compreender a discriminação étnico-racial, analisando a percepção de professores sobre o racismo na escola, e apontar práticas pedagógicas que possam se mostrar eficientes para que os alunos se relacionem sem que se excluam entre si. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica. Utilizamos, como coleta de dados, entrevistas estruturadas com professores da rede pública de ensino fundamental e médio de um município do estado de Goiás.

Referendamo-nos em alguns autores que trilham pelo campo das diferenças e discriminações raciais, bem como os conflitos na escola, a saber: Silva Jr. (2008), que discute a discriminação racial no ensino brasileiro; Abramovay e Castro (2006), que trabalham com os conflitos na escola, e Silva (2007), que ressalta o desafio de ensinar e aprender em meio às diferenças raciais.

A escola é um espaço que acolhe todos os tipos étnicos e religiosos, pois a ela tem sido dado o papel de formar cidadãos críticos com capacidade de pensar e refletir. Mas para que isso seja possível é necessário haver uma relação de respeito e igualdade entre os

indivíduos. E quando se pensa em educação entende-se que ela acontece em todos os âmbitos, e é por meio dela que se pode construir uma sociedade com igualdade social e racial.

Portanto, este artigo discute as atuais definições do racismo e suas manifestações no ambiente escolar. Com isso, pretende-se conhecer e compreender o racismo em suas nuances, para enfim enfrentá-lo adequadamente. Espera-se que este artigo contribua com o combate contra o racismo na escola. O trabalho tem o propósito também de mostrar que cada grupo étnico-racial tem suas características peculiares, e que estas devem ser respeitadas. As diferenças raciais não significam superioridade, nem inferioridade. Aprender a respeitar essas diferenças é, provavelmente, um dos passos mais decisivos no enfrentamento do racismo.

Racismo: aspectos conceituais

Para melhor compreensão a respeito do que seja racismo, e como ele age no ambiente escolar, realizou-se leituras de vários autores que trabalham com esse tema. Foi necessário entender que o racismo não é só uma atitude, mas uma teoria, e para lutar contra ele é necessário entender o que é esta teoria.

O racismo não é apenas uma rejeição, ou um ódio qualquer. Ele vai além, pois se encontra nas raízes da mentalidade do homem e baseia-se em antigas crenças sobre a existência de raças superiores e inferiores. O racismo e as várias formas de discriminação estão impregnados na história da sociedade, tanto brasileira como mundial. E com o decorrer dos anos, eles vêm mostrando várias faces, e surgem acompanhados por discursos que os camuflam. No século atual, o racismo se apresenta disfarçadamente, ligado a uma questão econômica, pois não se pode mostrar racista no mundo atual, uma vez que há leis que reprimem tais atitudes.

Skliar (2004) ressalta que o racismo pode ser definido como

[...] o fato de fazer do outro, de qualquer outro, de todo uma mitologia: fixá-lo num ponto estático de um espaço preestabelecido, localizá-lo sempre no espaço de nós mesmo, traduzi-lo para nossa língua e despojá-lo de sua língua, fazer do outro um outro parecido, mas um outro e nunca idêntico a nós mesmos, e negar a sua pluralidade inominável, a sua multiplicidade. (SKLIAR, 2004, p.83).

O racismo e a discriminação são, portanto, formas de segregar e invalidar o outro por medo ou por não aceitar suas diferenças culturais, religiosas, de costumes, entre outras. Contudo, uma vez que tenhamos como perspectiva o valor da diversidade e o respeito aos

direitos humanos, nada justifica agressões simbólicas, verbais e até mesmo físicas. As diferenças, tanto raciais como qualquer outra, não podem ser vistas como ameaças.

Entretanto, não é isso que ocorre nos dias atuais. Tais segregações podem ser presenciadas no meio escolar, por meio de brincadeiras e piadas, pois os indivíduos se sentem “ameaçados” ou perturbados com as diferenças de seus colegas. Seguramente, o enfrentamento do racismo nos obriga a compreender como ele é construído.

Para Guimarães (1999), raça é:

[...] um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrario, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa negativa frente ao certos grupos sociais, e informada a uma noção específica por natureza, como algo sendo determinado. A realidade das raças limita-se, por tanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado se que lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 1999, p. 9, *apud* GOMES, 2005).

Reforçando a perspectiva de que o racismo não possui um viés naturalista, ou seja, não é uma herança genética, mas sim é produto da sociedade, Gomes, por sua vez, vai afirmar que:

(...) É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as *raças*. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar. Se as coisas ficassem só nesse plano, não teríamos tantos complicadores. O problema é que, nesse mesmo contexto não deixamos de cair na tentação de hierarquizar as classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras. Ou seja, também vamos aprendendo a tratar as diferenças de forma desigual. E isso, sim, é muito complicado! (GOMES, 2005, p. 49).

Como se pode perceber, raça e racismo, para Guimarães e Gomes, são construções sociais. Ainda que, do ponto de vista biológico, se possa afirmar que há apenas uma raça (a raça humana), socialmente existem, mesmo contra nossa vontade, várias “raças”. Se na visão de muitos brasileiros existem várias raças, esse fato social não deve ser simplesmente negado. Segundo Nilma Betes (1993, p.16), o problema do racismo no Brasil é que ele está

fundamentado nas características físicas do indivíduo. Portanto, para os racistas, tudo que vem do negro é ruim, feio e inferior.

Castro e Abramovay (2006) ressaltam que o termo raça é sustentado no:

(...) plano das relações, conjugando identificações, alteridades, estereótipos e demarcações de códigos de conduta, o que lhe empresta um significado singular como sistema de referência e de socialização, ressaltando que sua base é social. A atribuição ou a auto-atribuição racial possibilita situar o sujeito em um contexto social posicionando-o, a partir de uma presumida exterioridade, nas relações que se estabelecem. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2006, p.149).

Tais colocações deixam ainda mais claro que o termo raça é basicamente para definir o indivíduo e sua posição no meio social. Ou seja, se apresenta como uma forma de estruturar uma hierarquia, neste caso, a racial. Portanto alguns grupos terão acesso ao topo da hierarquia social, enquanto outros, por pertencerem a grupos raciais distintos, serão segregados. É preciso que isso seja aceito tanto pelo grupo dominante quanto pelo grupo dominado. Isso requer que se construa uma cultura ou uma filosofia racista que estabeleça valores preconceituosos e práticas “aceitas” de discriminação.

Para efeito deste estudo entendemos o preconceito a partir da definição de Sant’Ana (2005), que o conceitua como uma

[...] opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula a relação de uma pessoa com a sociedade. (...) Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos. (SANT’ANA, 2005, p. 62).

Já a discriminação, segundo Sant’Ana, é:

[...] o nome que se dá a conduta (ação ou omissão) que viola os direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. Ela é assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito, e do estereótipo. (SANT’ANA, 2005, p. 63).

Reconhecer a diferença entre ambos (preconceito e discriminação) torna-se importante porque seu enfrentamento demanda estratégias diferentes. Se podemos, por um lado, criminalizar a discriminação, o combate ao preconceito e aos valores que lhe dão origem demanda muito mais que leis.

Tanto o preconceito como a discriminação étnico-racial são frutos do racismo, que, no Brasil, no contexto atual, quase sempre são camuflados, de modo que a própria sociedade pensa que vive em um país no qual as diferenças são respeitadas e todos têm direitos iguais.

Percepção dos professores sobre o racismo e a discriminação

A pesquisa foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental e médio de Goiás, onde foram deixados vinte questionários sobre racismo e discriminação na escola, a serem respondidos pelos professores. Entre os vinte questionários somente sete foram efetivamente respondidos. Mesmo assim, em algum momento foi possível perceber que as perguntas incomodavam os entrevistados, que demoravam a responder. Analisando os resultados, a maioria dos/as entrevistados/as nega ser racista, e afirma que já presenciou algum ato de discriminação por parte de seus alunos.

Dos sete entrevistados, seis (06) são do sexo feminino e um (01) do sexo masculino, variando a idade entre 23 e 45 anos. Quatro (04) se declaram de cor branca e os outros três (03) de cor parda. Todos são professores tanto do ensino fundamental como do ensino médio em uma escola pública.

A maioria dos entrevistados respondeu a todas as perguntas de forma segura quanto a suas convicções frente às questões colocadas, e afirmava que há, de fato, discriminação étnico-racial na escola. Afirmaram ainda que o racismo é motivado tanto pela aparência como pela condição social do indivíduo. Grande parte deles não se considera racista. Outros dizem não serem racistas, alegando conviver bem com heterogeneidade de seus alunos, tratando-lhes por igual. Sabemos, entretanto, que é possível ser racista e respeitar as diferenças no local de trabalho, mas não aceitá-las fora dali. Existem leis que reprimem tais atitudes, resultando daí que muitos “respeitam e convivem bem” com as diferenças.

Quando questionados se já presenciaram alguma forma de discriminação dentro de suas salas de aula, a maioria respondeu que sim. E quanto às medidas tomadas, alguns responderam que houve uma conversa para conscientização dos alunos, e outros responderam que nenhuma atitude foi tomada. Um dos entrevistados ressalta que “as atitudes são aplicadas de forma amena e sem grandes repreensões, pois há um grande despreparo para agir neste momento”. O mais surpreendente foi esta colocação: “muitas vezes somos pegos de surpresa e preferimos ignorar o fato para não ‘dar muito assunto’ ao que poderia ser resolvido com projetos e ações pedagógicas”. Por mais que saibamos que é necessário o preparo do corpo docente para situações de discriminações, racismo e preconceitos, o que se percebe é que grande parte dos

docentes tem dificuldades em lidar com tais situações. O mesmo professor diz que a melhor maneira para acabar com a discriminação é a conscientização dos alunos através de palestras e ações pedagógicas. Esta fala é corroborada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs), de 2004, que assevera:

(...) a educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, p.7).

Outro professor salientou que as atitudes tomadas para solucionar tais situações de discriminações “são simplesmente conversas e advertências”. Para ele, “nada de conscientizar, mas sim punir para que tal coisa não aconteça novamente”. Diante dessa assertiva, levantamos um questionamento: punir resolverá o problema de forma efetiva? Isso é um caso a se pensar. É possível que, ao invés de solucionar o problema, crie-se outro ainda maior. Para enfrentar a questão da discriminação é necessário, sem dúvida, um maior conhecimento e conscientização sobre o assunto.

Durante a pesquisa foi possível perceber que quase todos os entrevistados já presenciaram situações de discriminação étnico-racial entre seus alunos. Isso pode ocorrer por meio de “brincadeiras”, brigas, xingamentos (violência verbal e simbólica), porém poucas são as atitudes tomadas para resolver a questão, pois são poucos os/as professores/as com preparação para enfrentar tamanho desafio.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs), deve-se “combater o racismo e trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial”. Segundo esse documento, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. No que tange a essa questão, o documento traz algumas ponderações que julgamos importantes:

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino

desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários, (BRASIL, 2004, p. 14 e 15).

O envolvimento de toda a comunidade escolar é fundamental para o combate da discriminação, tanto étnico-racial como qualquer outra. É no ambiente escolar onde se dá a educação de uma forma geral. Nesse sentido, entendemos que não são apenas os professores que são responsáveis pelo aprendizado dos alunos. Para que se possa realmente ter uma educação para a diversidade, é fundamental o engajamento de toda a escola, independentemente de sua hierarquia. Ou seja, deve começar no diretor, passar por professores, funcionários e terminar nos alunos.

Segundo os entrevistados, a escola sempre procura trabalhar de forma a conscientizar o corpo discente a respeitar o outro, e esse trabalho é desenvolvido em projetos interdisciplinares. Portanto, segundo eles, o melhor meio de conscientizar os alunos quanto à discriminação étnico-racial é a pedagogia dos projetos que vão para essa direção, porque não só os alunos aprendem, mas os professores também se desenvolvem com o enfrentamento do racismo escolar.

É importante apontar, porém, a necessidade de ir muito além de ressaltar o problema. É necessário mostrar como a discriminação pode ser prejudicial ao desenvolvimento da identidade étnico-racial do indivíduo. Pois, de acordo com Cardoso (2000):

Racismo e ignorância caminham sempre de mãos dadas. Os estereótipos e as ideias pré-concebidas vicejam se está ausente a informação, se falta o diálogo aberto, arejado, transparente. Não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo. Neste, como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazi-facismo queimava livros. Mas não é só por isso que o tema do racismo e da discriminação racial é importante para quem se preocupa com a educação. É fundamental, também, que a elaboração dos currículos e materiais de ensino tenha em conta a diversidade de culturas e de memórias coletivas dos vários grupos étnicos que integram nossa sociedade. (CARDOSO, 2000, *apud* MUNANGA, 2005, p.9).

A educação é um importante instrumento para se combater a discriminação na sociedade. Mas isso deve ser feito de forma consciente e clara para que os alunos possam compreender que por causa da discriminação e do preconceito já foram dizimados e escravizados vários povos.

Pode-se perceber que os docentes ressaltaram que a questão da discriminação étnico-racial e o *bullying* são trabalhados em projetos e palestras. Mas é importante destacar que tais projetos devem ser trabalhados o ano todo e não apenas em datas comemorativas, como 13 de maio (Libertação dos escravos) ou 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), para que se obtenha melhor conscientização dos alunos, e até mesmo dos professores.

A educação se apresenta, portanto, como um caminho fundamental para enfrentar a discriminação na sociedade, formando cidadãos capazes de respeitar as diferenças e tratar todos com igualdade. É nesse sentido que escreve Silva (2007):

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos, (SILVA, 2007, p. 490).

O papel da educação vai além de ensinar a ler e escrever. A ela deve ser atribuída a responsabilidade de desenvolver no indivíduo a capacidade de valorizar as pessoas e respeitá-las, independente de suas diferenças. Esse processo de reflexão deve ser instigado ao longo do ano e com toda a comunidade escolar, sempre levando em consideração que essa educação se dará dentro e fora da sala de aula, com a participação de todos.

Considerações finais

Com este artigo foi possível compreender melhor a discriminação étnico-racial que se faz presente no ambiente escolar, violentando os nossos alunos, e lhes impedindo de usufruir com plenitude as benesses das diferenças que a vida em sociedade é capaz de proporcionar. Para formar alunos conscientes, capazes de respeitar as diferenças, é necessário

que os professores promovam reflexões a respeito da temática, além de agirem, eles próprios, de maneira inclusiva. Como formar alunos que valorizam a diversidade se os docentes, em algumas situações, excluem e apontam as diferenças? A inclusão só acontece se todos estiverem engajados em um mesmo ideal, que é o fim de qualquer forma de discriminação no ambiente escolar e na sociedade.

As entrevistas apontaram para a realização de projetos e palestras a respeito do tema, mas os resultados ainda são insatisfatórios. Foi possível perceber também que os professores não estão preparados para aplicar a lei 10.639, que acrescenta nos Parâmetros Curriculares a obrigatoriedade de implantar nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. Para que realmente possa acontecer a inclusão efetiva de todos, e se acabar de vez com a discriminação étnico-racial no ambiente escolar, é necessário que os docentes estejam preparados para trabalhar com esse tema.

Alguns professores veem o problema da discriminação étnico-racial na escola como algo corriqueiro. Acreditam que trabalhar com essa questão seria apenas mais um programa a cumprir. Entretanto, para outros, a conscientização é de fundamental importância para que se possa formar cidadãos que saibam respeitar as diferenças.

O melhor meio para se enfrentar a discriminação étnico-racial na escola é a conscientização dos alunos, e isso pode ser feito através de palestras, pesquisas e projetos. Todavia, sabe-se que para solucionar o problema de discriminação étnico-racial, racismo e preconceito no ambiente escolar é de fundamental importância que toda a escola esteja engajada nesse projeto. Para se trabalhar de forma mais eficaz a conscientização dos alunos em relação à discriminação, é preciso que toda a escola se envolva com os projetos propostos pelo corpo docente. É por meio da educação para a diversidade que se pode formar cidadãos críticos e que saibam respeitar os direitos e as diferenças.

Para que as políticas elaboradas pelo governo a respeito da educação para a inclusão racial possam ter um resultado significativo é necessário que os professores estejam interessados e dispostos a trabalhar com isso, além de ser preparados para tal. Essa preparação é fundamental, pois para ensinar é necessário que o professor tenha conhecimento sobre o assunto. Entretanto, durante a nossa pesquisa, essa deficiência ficou evidenciada. Os professores, em sua grande maioria, estão despreparados para trabalhar a questão da discriminação racial na sala de aula.

De acordo com Silva (2007), a educação para as relações étnico-raciais tem como objetivo formar cidadãos capazes de promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. A educação para a diversidade deve ser pensada e executada de forma que possa ter resultados positivos, mas para isso é necessário ir além dos projetos que são elaborados apenas nas datas comemorativas ou de apenas uma semana. Tais projetos têm efeitos curtos ou nem chegam a ter algum resultado. Para se ter um bom resultado é preciso que se trabalhe um semestre ou até mesmo o ano todo, com projetos interdisciplinares que visem à participação de todos os professores, alunos e os demais membros da comunidade escolar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNs), “a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política”. Ou seja, educar para a diversidade é papel do docente, independente da sua cor ou etnia.

Conclui-se que parte significativa dos professores da escola pública pesquisada defende uma educação que erradique a discriminação étnico-racial no ambiente escolar, o que é de fundamental importância para que se possa buscar uma educação de qualidade e igualitária que capacite os indivíduos para a cidadania. No entanto, ainda é preciso investir permanentemente na formação de docentes e na educação para a diversidade, o que significa incluir o enfrentamento de todas as formas de discriminação ao diferente.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações raciais na escola: reprodução da desigualdade em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de violências nas escolas, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio 2º à Edição. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, 2005.

GALLO, Sílvio e SOUZA, Regina Maria de. (org). **Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência**. Campinas: Alínea Editora, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639** Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

KOLTAI, Caterina. O Estrangeiro, O Racismo e a Educação. In: GALLO, Sílvio e SOUZA, Regina Maria de. (org). **Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência**. Campinas: Alínea Editora, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar, Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília, 2005.

SANTOS, José Rufino dos. **O que é Racismo?** São Paulo: Abril Cultura, 1984.

SANTOS, Rosenverck Estrela. Educação e relações étnico-raciais no Brasil: monoculturalismo e a construção da identidade negra. **Revista Espaço Acadêmico** nº91, 2008. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/>> © Copyleft 2001-2008> Acessado em 20/08/11.

BRASIL. SECAD/ MEC. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639** Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. XXX, n. 3(63), Porto Alegre, RS, 2007. p. 489-506.

SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o Eufemismo da tolerância. Duas faces, dentre as milhões de faces, desse mostro (humano) chamado racismo. In: GALLO, Sílvio e SOUZA, Regina Maria de. (org). **Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência**. Campinas: Alínea Editora, 2004.